

---

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS**  
**LEI 557/2025**

Dispõe sobre a concessão de Auxílio-Alimentação mensal aos Vereadores e servidores municipais do Poder Legislativo de Montanhas/RN e dá outras providências.

O Plenário da Câmara Municipal aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a presente Lei com fundamento nos termos do inciso III, da alínea b do §5º do Art. 23 da Lei Orgânica do Município.

**Art. 1º** - Fica instituído no âmbito da Câmara Municipal de Montanhas/RN, o benefício do Auxílio-Alimentação, destinado a subsidiar parte das despesas com refeição e alimentação dos servidores públicos de provimento efetivo, comissionado e vereadores e vereadoras do Poder Legislativo, na forma definida e estabelecida na presente lei.

**§1º** - O auxílio-alimentação de que trata esta Lei possui caráter indenizatório e será pago sob a forma de pecúnia a ser implementado em contracheque, juntamente com os vencimentos do cargo que ocupa, independente da carga horária exercida.

**§2º** - O auxílio-alimentação será devido ao servidor que esteja em efetivo exercício, sendo repassado de forma proporcional aos dias efetivamente trabalhados, descontando-se do valor fixado em lei eventuais faltas durante o período da referência.

**§3º** - Os servidores cedidos à Câmara Municipal fazem jus ao benefício de auxílio-alimentação.

**Art. 2º** - A requisição para percepção do auxílio-alimentação deverá ser realizada mediante requerimento dirigido ao Vereador Presidente.

**Art. 3º** - No preenchimento do requerimento, o agente público declarará que não recebe, de forma parcial ou integral, auxílio semelhantes pela Câmara.

**Art. 4º** - Os requerimentos serão protocolados na Secretaria Geral da Câmara Municipal e encaminhados à apreciação do Presidente, que decidirá sobre a concessão ou não dos auxílios-alimentação, após prévia análise.

**Art. 5º** - O servidor beneficiário é responsável pelas informações e documentos no ato da requisição dos auxílios-alimentação, e durante todo o período de percepção do auxílio.

**Parágrafo Único** – O servidor beneficiário deverá comunicar no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do ocorrido, qualquer alteração cadastral ou ato ou fato que implique nas condições de percepção do auxílio-alimentação.

**Art. 6º** - São critérios para percepção do auxílio-alimentação:

- I** – estar em atividade efetiva no exercício da Câmara;
- II** – apresentar requerimento na forma prevista nos arts. 2º e 3º da presente lei;
- III** – fazer prova, se necessário, de que não percebe benefício idêntico ou similar na Câmara Municipal;
- IV** – estar em situação regular quanto ao registro de controle da Secretaria Geral.

**Art. 7º** - O auxílio-alimentação não será concedido ao inativo, nem àquele que se encontra afastado em decorrência de:

- I** – tratar de interesses particulares;
- II** – licença-prêmio;
- III** – serviço-militar;
- IV** – cedido a qualquer outro órgão;
- V** – concorrer e/ou desempenhar mandato eletivo federal, estadual ou municipal, e classista;
- VI** – penalidade administrativa, nos casos previstos no Regime Jurídico do servidor público municipal ou por motivo de reclusão.

**Art. 8º** - O auxílio-alimentação instituído por esta lei:

**I** – não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração do servidor ou subsídio do vereador para quaisquer efeitos, pois é distinto.

**II** – não será configurado com rendimento tributável e nem constitui valor de incidência de contribuição previdenciária;

**III** – não será incorporada ao vencimento, remuneração, proventos ou pensão;

**IV** – não será acumulável com outros auxílios de espécie semelhante;

**V** – não será contabilizado com despesas com pessoal.

**Art. 9º** - O valor mensal do auxílio-alimentação, observado a existência de dotação orçamentária própria e recursos a ela alocados, corresponderá a R\$ 500,00 (quinhentos reais) para Vereadores e Vereadoras e R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para os servidores.

**Parágrafo Único** – A Mesa Diretora da Câmara Municipal anualmente no mês de março revisará por Resolução Administrativa o valor do auxílio-alimentação.

**Art. 10** – O servidor beneficiário do auxílio-alimentação, poderá solicitar o cancelamento das vantagens indenizatórias percebidas através de requerimento.

**Art. 11** – As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias específicas, consignadas no orçamento da Câmara Municipal, procedendo as transferências e suplementações, que ficam autorizadas, na forma prevista na Lei Federal nº 4.320 e legislação correlata, através de Resolução da Mesa Diretora.

**Art. 12** – O auxílio alimentação poderá ser suspenso por ato do Vereador Presidente em face da falta de disponibilidade financeira e orçamentária da Câmara Municipal.

**Art. 13** – A presente lei tem como parte integrante o necessário estudo de Impacto Orçamentário e financeiro, disposto na Lei Federal nº 101/2000, sendo parte integrante da presente lei.

**Art. 14** – Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 15** – A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sede da Prefeitura Municipal, Montanhas em, 15 de abril de 2025.

**ANTÔNIO MARCOLINO NETO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Deyvid Thierry de Oliveira Silva

**Código Identificador:**20C73220

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 16/04/2025. Edição 3519

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/>